



**ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 377 / 2003**

**2ª CÂMARA**

**SESSÃO DE 19/05/2003**

**PROCESSO DE RECURSO Nº 1/003137/2000**

**AUTO DE INFRAÇÃO: 1/200008423**

**RECORRENTE: ATLANTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**

**RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**

**CONS. RELATOR: AFFONSO TABOZA PEREIRA**

**EMENTA: ICMS – OMISSÃO DE COMPRAS - NULO.** Falta de competência da autoridade que prorrogou a ação fiscal. Decisão por unanimidade, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral do Estado.

**RELATÓRIO:**

O Auto de Infração em tela imputa ao Recorrente supra identificado a prática de aquisição de mercadorias sem documentação fiscal, no período de 01/01/1999 a 14/04/2000, no montante de R\$669.072,03 (seiscentos e sessenta e nove mil e setenta e dois reais e três centavos).

Sugere a penalidade do artigo 878, VIII, "a" do RICMS, Dec. nº 24.569/97, e como dispositivo infringido o art. 139 do mesmo diploma legal.

Informações Complementares, Portaria do Secretário da Fazenda, Termo de Início, Termo de Prorrogação e Termo de Conclusão às fls. 03/08, seguidos de outros documentos que instruem o processo, fls. 09/23.

Impugnação tempestiva às fls. 31/36.

A Perícia constatou nova base de cálculo, esta no montante de R\$454.720,38, após acatar todas as incorporações sugeridas na impugnação.

Decisão da Célula de Julgamento de 1ª Instância, que repousa às fls. 70/73, pela parcial procedência, em face de redução da base de cálculo encontrada na Perícia. Recurso de Ofício.

Insatisfeita com a decisão singular o contribuinte vem aos autos apresentar seu Recurso Voluntário argüindo preliminar de nulidade uma vez que a autorização para fiscalizar veio do Secretário da Fazenda, através de Portaria, e o Termo de Prorrogação fora assinado pela Supervisora de Célula, não possuindo competência legal para tal. Apresenta Resolução lavrada no processo nº 1/3011/2000 que decidiu, por unanimidade, pela nulidade.

O Conselho de Recursos Tributários, em Parecer da Consultoria nº 170/2003, opinou pela conhecimento dos dois recursos para dar-lhes provimentos, a fim de reformar a decisão condenatória de 1ª Instância, declarando a nulidade absoluta por incompetência da autoridade que prorrogou a ação fiscal. Parecer adotado pela Procuradoria Geral do Estado.

Eis o brevíssimo Relatório.

Passo a expender o meu Voto.

## VOTO DO RELATOR

O presente processo que me foi trazido para análise e voto acusa o contribuinte de omissão de compras, fundamentado em Sistema de Levantamento de Estoques.

No presente processo tenho, primeiramente, uma nulidade suscitada no Recurso Voluntário, pelo qual devo me manifestar.

A Recorrente defende a tese de que a autoridade que prorrogou os trabalhos não detinha competência para tal mister, uma vez que a designação originária para os trabalhos fiscais veio do Secretário da Fazenda através da Portaria nº 392/2000, portanto, somente poderia ser prorrogada pelo próprio Secretário da Fazenda ou pelos Coordenadores da SATRI.

Acosto-me ao entendimento da Recorrente, em razão dos argumentos apresentados bem como com fulcro na legislação do ICMS, que prevê em seu art. 821, §§ 2º e 5º:

§2º – Lavrado o Termo de início de Fiscalização, o agente do Fisco terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, contados da data da ciência do sujeito passivo, prorrogável esse prazo por mais 30 (trinta) dias, a critério e conforme autorização da autoridade competente para designar a ação fiscal, desde que o sujeito passivo seja devidamente cientificado.

§5º – Considera-se autoridade competente para designar ação fiscal:

II – o Secretário da Fazenda ou um dos Coordenadores da SATRI, na hipótese do artigo 819 deste Decreto.

Logo, entendo que somente o Secretário da Fazenda ou Coordenador da SATRI teria competência para prorrogar a ação fiscal, pois, nesta hipótese, quando o Secretário da Fazenda expediu a portaria para designar ação fiscal, avocou a competência para si, em igualdade de poderes com o Coordenador da SATRI.

Tal entendimento já fora apreciado por esta Câmara quando em julgamento nos processos n<sup>os</sup> 3136/00 e 3011/00, decidido a unanimidade pela nulidade.

Portanto, sou pelo conhecimento dos Recursos Voluntário e de Ofício, para dar-lhes provimento, reformando a decisão condenatória singular, decidindo pela nulidade, nos termos do Parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.


**DECISÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são recorrentes **ATLANTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA** e **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**,


RESOLVEM os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos Voluntário e Oficial, dar-lhes provimentos para o fim de reformar a decisão condenatória proferida pela Célula de Julgamento de 1ª Instância, decidindo pela **NULIDADE**, nos termos do voto do Conselheiro Relator e do Parecer da douda Procuradoria Geral do Estado.

**SALA DE SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos de agosto de 2003.

Nabor Barbosa Meira  
PRESIDENTE

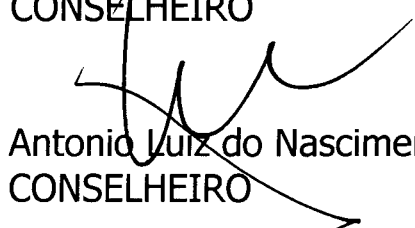
  
Francisco José de Oliveira Silva  
CONSELHEIRO


  
Benoni Vieira da Silva  
CONSELHEIRO

  
Eliane Resplande Figueiredo de Sá  
CONSELHEIRA

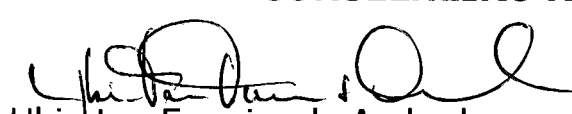
  
Adriano Jorge Pequeno Vasconcelos  
CONSELHEIRO

  
José Mirtônio Colares de Melo  
CONSELHEIRO

  
Antonio Luiz do Nascimento Neto  
CONSELHEIRO

  
Eliane Maria de Souza Matias  
CONSELHEIRA

  
**Affonso Taboza Pereira**  
**CONSELHEIRO RELATOR**

  
Ubiratan Ferreira de Andrade  
PROCURADOR DO ESTADO